

Atualidade econômica

Visão da semana: dívida externa e tributação

Dois assuntos predominaram no noticiário econômico da semana passada: o processo de renegociação da dívida externa brasileira e as modificações na área tributária. Se, no primeiro caso, abriram-se novos horizontes menos desfavoráveis ao Brasil, no segundo os contribuintes não foram beneficiados, na medida em que se adiou, mais uma vez, a decretação de uma reforma mais profunda na estrutura tributária vigente. Em outros termos, mesmo com o substitutivo à emenda Passos Porto, o governo não alterou sua filosofia de financiar seus gastos, mediante aumentos de impostos, em vez de procurar reduzir seus dispendios e, conseqüentemente, as pressões inflacionárias que acarretam.

Em termos globais, os contribuintes devem esperar novos aumentos na carga fiscal, bem como nos preços de determinados produtos, como os derivados de petróleo, conforme já assegurou o próprio ministro do Planejamento. Na realidade, os assalariados e as empresas foram novamente convocados a pagar a conta de uma disputa entre a União, de um lado, e os Estados e municípios, de outro, como se fossem responsáveis pela enorme centralização de poder tributário em mãos da esfera federal. Em vez de atacar o problema de frente, União, Estados e municípios uniram-se para atacar os contribuintes.

Na área externa, o Brasil logrou obter um pouco mais de fôlego para suas contas, a partir do sinal verde aceso pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Clube de Paris. Na verdade, os entendimentos com o FMI representam meramente um alívio temporário, cujos desdobramentos positivos dependem muito mais de uma postura de firmeza na condução da política econômica interna. De nada adiantará equacionar parte do fluxo de recursos externos se não se registrar maior dose de acerto no combate à inflação. Até aqui, o Brasil mostrou-se bem mais hábil nos desvios em relação à programação acertada com o FMI, o que certamente lhe tem custado um tempo muito precioso. Não que isto signifique um

Dívida Externa
018
Reportagem 0382

reconhecimento implícito à total validade de tais acertos, na medida em que o FMI poderia igualmente adequar melhor seu receituário às características das economias em desenvolvimento. No entanto, maior aproximação destas metas representaria provavelmente resultados mais concretos do que a formulação de um eventual programa de emergência, como chegaram a sugerir, de modo mais afoito, alguns economistas.

As negociações com o Clube de Paris apresentaram-se até melhores do que esperavam nossas autoridades, pois o montante renegociado acabou englobando dívidas contraídas com o setor privado, mas que foram enquadradas como dívidas do setor público. Este último aspecto revestiu-se de um significado todo particular, dado que permite ao País pensar na renegociação dos juros, um ponto sem dúvida crítico no desenrolar da renegociação da dívida doravante. Neste sentido, a maneira pela qual o Clube de Paris encaminhou as recentes negociações denota uma conotação política evidente, como se as nações industrializadas estivessem dando-se conta de que, para assegurar o recebimento de seus créditos, não podem levar o devedor ao esgotamento econômico-financeiro. Resta ver se tal atitude encontrará boa ressonância junto aos bancos privados, até agora menos flexíveis quanto à renegociação dos juros.

No setor agrícola, a principal notícia referiu-se às intenções novamente demonstradas pelo governo de privatizar as exportações de açúcar, aguardando-se uma normalização do mercado externo, ou seja, uma recuperação dos preços e uma sustentação do Acordo do Açúcar, atualmente em vias de extinção. Caso isto não se verifique, as autoridades terão problemas em definir um esquema de comercialização idêntico ao do café, baseado no sistema de cotas. Por outro lado, o governo certamente teria de modificar o atual esquema de subsídios, o que levaria a uma nova política de preços e de produção para todo este setor.